



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80  
ANOS  
SERVIÇO  
SOCIAL  
NO BRASIL

## Folha de rosto

**Título do trabalho:** Gênese do Serviço Social no Brasil: notas para o debate

**Nome completo do proponente:** Júlia Aparecida Soares de Paula

**Natureza do trabalho:** Reflexão teórica

**Eixo III:** Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

**Tema do Eixo III:** Fundamentos

**Formação e titulação do proponente:** Doutoranda em Serviço Social

**Instituição de trabalho:** Universidade Federal Fluminense / UFF

**Instituição de formação:** Universidade Federal do Rio de Janeiro/ UFRJ

**Telefone:** 21-982756984

**E-mail:** depaula.julia@yahoo.com.br

## GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: notas para o debate

### Resumo

Desenvolvemos o estudo da gênese histórica do Serviço Social demarcando como as chamadas protoformas dão margem a um entendimento evolutivo entre as ações de intervenção da Igreja Católica e do Estado nas expressões da "questão social". Assim, destaca-se a necessidade de realizar uma discussão sem considerar uma forma anterior ou uma primeira forma denominadas "protoformas" da profissão.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Gênese Histórica; Brasil.

### Abstract

We developed the study of the historical genesis of Social work demarcating as the proto-forms called give rise to an evolutionary understanding between the intervention actions of the Catholic Church and the State in terms of "social question". Thus, there is the need for a discussion without considering a previous form or a first form called "proto-forms" of the profession.

**keywords:** Social Work; Historical genesis; Brazil.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



## Apresentação

Na discussão contemporânea do Serviço Social brasileiro a legitimação da profissão a partir de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho é assunto praticamente consensual. Mas cabe indagar como se dá a relação das chamadas “protoformas” e a profissionalização do Serviço Social, ponto que ainda chama a atenção por ser um processo, muitas vezes, considerado uma evolução no sentido de continuidade entre as ações de caridade de intervenção da Igreja Católica e a institucionalização por parte do Estado.

É constante a repetição desta afirmativa por parte de estudantes e assistentes sociais, em eventos da categoria profissional ou em artigos, assim como em distintos espaços em que esse debate nasce. Esse equívoco levou-me a revisar a bibliografia que discute esse período histórico e buscar quais os pontos de inflexão podem contribuir para tal interpretação e qual a melhor forma de expor essa relação na gênese do Serviço Social no Brasil.

O diálogo terá como fundamento os livros *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2005)<sup>1</sup>, e *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, de José Paulo Netto (2005). Entende-se que estes autores são referências e leituras obrigatórias na formação profissional e em diferentes concursos por realizarem uma interpretação do Serviço Social no Brasil<sup>2</sup> de sua origem até a atualidade e contribuirão para o debate que aqui nos interessa.

1.

As indicações que tratam o Serviço Social dentro de uma perspectiva histórico-crítica apontam a vinculação profissional à chamada “questão social”<sup>3</sup>. Cabe, portanto destacar que esta deve ser analisada dentro da especificidade das relações sociais tipicamente capitalistas

---

<sup>1</sup> Embora o livro apareça como co-autoria, no que refere à escrita do mesmo, houve uma divisão. Coube a redação conjunta da introdução e da conclusão, mas a primeira parte foi redigida por Marilda V. Iamamoto (pp.29-124) e a segunda parte por Raul de Carvalho (pp.125-358). Utilizaremos basicamente como referência a primeira parte e recorreremos a segunda para dar esboçar alguns pontos importantes da parte histórica.

<sup>2</sup> Os livros de Iamamoto e Netto que serão utilizados como referência possuem uma diferença de 10 anos na publicação, o primeiro escrito em 1982 e o segundo, em 1992. Mas os apontamentos realizados pelos autores coadunam em grande parte. Em alguns momentos recorreremos a outras obras destes autores para explicitar melhor o que está sendo discutido.

<sup>3</sup> Como observaremos mais à frente a gênese da profissão não se esgota nesta indicação, mas sem esta não é possível uma reflexão de sua contextualidade histórico-social.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



na sociedade brasileira, que se desenvolvem de forma diferenciada, carregadas de particularidades. Sendo a questão social entendida como:

as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...]. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 77).

Busca-se compreender como esse processo de industrialização e de formação da classe trabalhadora assalariada, os reflexos de sua exploração e emersão, acontecem no cenário político do Brasil; como as relações de força entre as classes sociais irão resultar na organização do operariado e quais serão as respostas da burguesia e do Estado a essa manifestações.

A complexidade das expressões da “questão social” no país se constitui na relação de exploração entre burguesia e trabalhador assalariado, mas só podem ser compreendidas como resultado de um processo anterior. A escravidão, a produção mercantil colonial, a imigração de trabalhadores europeus, a relação de dependência do capitalismo estrangeiro que intervém direta ou indiretamente na formação econômica e social são fundamentais para essa análise<sup>4</sup>.

Pode-se dizer que com a propriedade privada dos meios de produção e o excedente de força de trabalho resultante do fim da escravidão e a imigração de trabalhadores europeus para o Brasil, no século XIX, têm-se uma grande massa de desempregados pauperizados no espaço rural e urbano. Mas a “questão social” no Brasil só se coloca nas primeiras décadas do século XX com o processo de industrialização - mesmo que inicial -, a constituição de uma classe operária e o surgimento dos primeiros sindicatos. Neste período, as diferentes classes sociais colocarão em jogo seus interesses<sup>5</sup>.

A ameaça à ordem burguesa no país será colocada com a crescente aglutinação no espaço urbano de trabalhadores com péssimas condições de vida e trabalho e sua organização enquanto classe por meio dos sindicatos. Como expresso por Netto (2005, p. 154): “foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social’.”

<sup>4</sup> Não cabe nesta nota e nem é nosso objetivo aprofundar essa discussão. Para esse debate ver: Caio Prado Júnior (1980) e Florestan Fernandes (1987).

<sup>5</sup> As primeiras manifestações de trabalhadores assalariados no país acontecerão já no século XIX, como demonstrado por Mattos (2010), mas nesse período embora possa se falar em um começo da formação da classe trabalhadora no Brasil esta ainda não está formada.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



No mundo, neste mesmo momento, ocorre a Revolução Mexicana (1910), as lutas operárias que levam à Revolução de 1917, na Rússia, assim como outras revoluções na Europa que terão repercussão em diferentes países. A organização da classe do proletariado, juntamente com o perigo das ideias socialistas serão colocadas como um alerta às classes dominantes que verão a necessidade de formas alternativas de controle da força de trabalho. No Brasil, a intensificação das greves e a criação, em 1922, do Partido Comunista Brasileiro resultarão em uma busca por parte da burguesia e do Estado de diferentes iniciativas de enfrentamento da “questão social” para além do emprego da repressão.

Assim, o Estado será responsável pela aliança de classe e atuará com uma postura alternativa para responder às demandas surgidas dessa nova realidade social. Como resposta às lutas de trabalhadores surgem as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho e, embora parcas, as primeiras leis trabalhistas como: habitação popular (1921), Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários (1923), regulamentação dos feriados (1925). Mas será com a crise de 1929 que a necessidade de mudanças concretas levará a burguesia a desencadear o golpe de 1930 colocando Getúlio Vargas no poder. Neste período, a burguesia terá um dos mais importantes momentos de sua ascensão.

Com a implementação do Estado Novo, em 1937, Vargas buscará consolidar as reformas necessárias para sua manutenção no poder, sem a participação do proletariado<sup>6</sup>. Embora posteriormente tenha buscado a aliança entre burguesia e proletariado, não saiu vitorioso nesta empreitada e uma alternativa será a articulação com outras formas de poder, como a Igreja Católica.

Juntamente com o Estado e a burguesia, a Igreja Católica se coloca no enfrentamento à “questão social”. Embora essas forças apresentem diferentes respostas e interesses, pode-se dizer que coadunam da ideia de uma manutenção da ordem por meio do controle da classe trabalhadora. Desde o início do século a Igreja buscava retomar espaço para garantir sua hegemonia e se dedicou intensiva e explicitamente<sup>7</sup> nesta empreitada.

Assim, se coloca como uma terceira via frente ao liberalismo e o comunismo por meio de um projeto de reforma social na luta para recuperar a hegemonia cristã ameaçada com a influência do marxismo e da proposta liberal na sociedade civil e no Estado, num processo de

<sup>6</sup> Trata-se de mais uma opção da burguesia nacional pela conciliação, seguindo o processo de modernização econômico-social conservadora caracterizado como “via prussiana”, segundo Coutinho (2008).

<sup>7</sup> Segundo Carvalho (2005, p. 157), “na inauguração do Cristo Redentor, com a presença de quase toda a hierarquia e dos principais representantes do Estado, dom Leme explicita ameaçadoramente a posição da Igreja: ‘(...) ou o Estado (...) reconhece o Deus do povo ou o povo não reconhecerá o Estado’”.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



secularização e a racionalidade própria da expansão do capitalismo que ocasionou a perda de um importante espaço desta instituição (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005).

A partir do estabelecimento de suas normas genéricas para o exercício da fé católica, entre as mais conhecidas estão as encíclicas papais, que serão orientações doutrinárias para a ação política da instituição: Rerum Novarum, de Leão XIII, 15 de maio de 1891; e Quadragesimo Anno, de Pio XI, 15 de maio de 1931<sup>8</sup>, inicia-se um movimento de mobilização do apostolado laico. Desta forma, foram criados suportes institucionais como: ensino confessional, centros de estudos, a Ação Católica, as universidades (surgimento das escolas de Serviço Social), os sindicatos católicos, as novas formas de ação paroquiais (IDEM).

Já na década de 1920, como resposta à emergência dos grandes movimentos operários de 1917 a 1921, a Igreja irá redimensionar sua ação social. Se antes o foco era o socorro aos indigentes, agora buscará atuar junto à classe operária e, em 1922, fundará a Confederação Católica – precursora da Ação Católica – para centralizar politicamente as primeiras formas de organização do apostolado laico. Segundo Carvalho (2005, p. 167), “será, no entanto, a partir do desenvolvimento do Movimento Laico que essas iniciativas embrionárias se multiplicarão, compreendidas dentro da Ação Social Católica. Tomarão aí sua forma característica de apostolado social.” A Igreja Católica se redefine no interior da sociedade brasileira e conseqüentemente suas ações serão modificadas, pode-se dizer que qualificam-se para obter maior êxito junto a seu novo público.

2 .

Observa-se que são colocadas diferentes respostas à “questão social” por parte do Estado, do empresariado e da Igreja. Cabe nesse debate pensar como surge a profissão Serviço Social e qual a relação com essas formas de intervenção, assim como qual a relação que possui com os denominados grupos pioneiros ou as “protoformas” do Serviço Social.

Segundo Iamamoto (2005), o Serviço Social surge na década de 30 como parte de um movimento de bases confessionais da Igreja Católica na tentativa de recuperar áreas de influência e privilégios perdidos em face da crescente secularização da sociedade, resultante dos princípios do liberalismo e do comunismo. Essa origem ligada a Igreja será denominada de protoformas<sup>9</sup> do Serviço Social, que nasce a partir do movimento católico, mas segundo a

<sup>8</sup> A discussão pormenorizada das encíclicas papais é encontrada em Castro (2011, p. 52 a 67). Pode-se indicar que a Rerum Novarum trazia uma visão mais ampla da ordem burguesa e a Quadragesimo Anno (escrita em 40 anos em comemoração a primeira encíclica) buscava centralizar a discussão na questão operária. O que demonstrava a preocupação da Igreja com os acontecimentos de 1917.

<sup>9</sup> Iamamoto não utiliza o conceito de “protoformas” para definir o surgimento do Serviço social, mas fará referência aos grupos pioneiros ligados ao movimento social da Igreja Católica. Esse conceito será desenvolvido por



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



autora, a institucionalização e legitimação do Serviço Social como profissão realizam-se com o surgimento das grandes instituições que emergem como parte dos esforços reformadores do Estado, na década de 40. Veja-se:

Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicado [...]. Essa origem confessional, articulada aos movimentos de Ação Social e Ação Católica, conforma um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológicas encontram-se na doutrina social da Igreja. Configura-se, assim, um caráter missionário à atividade profissional, como meio de fazer face aos imperativos da justiça e da caridade, dentro da perspectiva de profissionalização do apostolado social segundo parâmetros técnicos e modernizadores, numa sociedade secularizada, ameaçada pelo liberalismo e pelo comunismo. Se esta é a fonte legitimadora da formação desse profissional nos seus primórdios, ela não se choca com o crescente aproveitamento e cooptação desse agente pelo aparato de Estado e pelo empresariado, que progressivamente vão atribuindo novas determinações à legitimidade e institucionalização do Serviço Social. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 83).

Essa citação demonstra como se dá a relação das chamadas “protoformas” ao que será a profissão Serviço Social. Observa-se que há a descrição de um processo de profissionalização das ações de caridade de intervenção da Igreja Católica por parte de um agente denominado apostolado laico até sua institucionalização por parte do Estado e do empresariado, atribuindo-lhe novas determinações<sup>10</sup>.

A profissionalização como está apresentada aparece como uma continuidade entre o que seriam as primeiras formas de intervenção na “questão social” por parte da Igreja e sua transição até ser uma profissão. Essa forma originária da atividade profissional teria um caráter missionário, com o primado da justiça e da caridade que legitimaria o Serviço Social em sua gênese até que novas determinações a transfiguram em uma profissão de fato. Ou seja, a partir da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, quando o Estado se abre como um campo de trabalho para os assistentes sociais que atuarão como executores das políticas sociais – a nova forma de enfrentamento às expressões da “questão social”.

---

Carvalho, na segunda parte do livro, Capítulo II – Protoformas do Serviço Social, que terá como ponto 1. Grupos pioneiros e as primeiras escolas do Serviço Social, a partir da página 165.

<sup>10</sup> Essa afirmativa também é desenvolvida por Iamamoto no livro Renovação e conservadorismo no Serviço Social, de 1992. “Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um *movimento social* mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicado, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30.” (IAMAMOTO, 2004, p.18). Logo a frente dirá: “Se o Serviço Social surge no seio do movimento católico, o processo de profissionalização e legitimação da profissão encontra-se estreitamente articulado à expansão das grandes instituições sócio-assistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, que surgem especialmente na década de 40.” (IDEM, p. 30).



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Essa perspectiva de algo anterior à institucionalização e cooptação pelo Estado e empresariado, os “primórdios” do Serviço Social, ligado umbilicalmente à Igreja, faz com que o sentido seja de continuidade, o antes e o depois da ingerência por meio de políticas sociais – uma nova forma de ação junto a “questão social” -, mas sem deixar de ser um processo evolutivo entre uma forma de Serviço Social que começa a se profissionalizar na Igreja até se institucionalizar no Estado. Não se trata de dizer que Iamamoto defenda o Serviço Social como uma evolução da ajuda, mas que a prática profissional, sua função social e de legitimidade em determinado momento são os mesmos das suas protoformas.

Netto (2005) traz uma análise diferente desta relação do Serviço Social com “suas protoformas”. Parte do entendimento de que há uma ruptura entre as formas anteriores que leva a uma profissionalização. Afirma:

não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a *ruptura* com elas, concretizada com o deslocamento aludido, deslocamento possível (não necessário) pela instauração, *independentemente das protoformas*, de um espaço determinado na divisão social (e técnica) do trabalho. (NETTO, 2005, p. 73 - grifos no original).

O autor não deixa de considerar a existência de uma protoforma, mas a utiliza no sentido de que há uma forma anterior de intervenção nas expressões da “questão social” que era desenvolvida como uma organização da filantropia/caridade pela Igreja Católica. A partir da requisição por parte do Estado de um profissional que atenda a demanda de execução das políticas sociais é que esse agente se profissionaliza e passa a existir o Serviço Social. A inserção do assistente social como agente técnico especializado com a função executiva de implementação de políticas sociais setoriais se dá com a refuncionalização do Estado, assim “o Serviço Social desborda o acervo das suas protoformas ao se desenvolver como um produto típico da divisão social (e técnica) do trabalho da ordem monopólica” (NETTO, 2005, p. 79).

Desta forma, Netto, consegue delimitar a relação do Serviço Social com suas protoformas sem cair em um caminho de evolução do que é considerada a origem da profissão até a institucionalização. Mas a ideia de uma continuidade e ruptura na relação com a Igreja, como se houvesse uma profissionalização dessa ação em novas bases – outros espaços institucionais e diferentes funções - abre a possibilidade de interpretações contrárias a defendida. Como se algo fosse ininterrupto, as ações desenvolvidas nas protoformas deixassem de existir no âmbito da Igreja por terem se tornado responsabilidade do Estado e do empresariado. Extrapolasse sua forma originária, mas garantisse sua permanência, de alguma forma, em outra instituição.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Se para os autores, o significado das “protoformas” explica as primeiras formas ou as formas anteriores do Serviço Social que passa necessariamente por sua relação umbilical com a Igreja Católica e suas ações de caridade e filantropia, entende-se que essa afirmativa mais confunde do que esclarece. Penso que não há um processo que leva à profissionalização do Serviço Social, mas uma mudança no trato da “questão social” que resulta na constituição de uma profissão com funções que até então não existiam.

Mesmo que não seja tratada como uma forma anterior de ajuda, carrega consigo a idéia de uma forma precursora da profissão a partir de relações vinculadas a essa natureza. Essa linha de continuidade aparece independente da leitura evolucionista ou histórico-crítica<sup>11</sup> com a permanência da defesa de uma protoforma. Veja – se:

Assim, se as forma de ajuda (caridade ou filantropia) vão caracterizar certas respostas às refrações da “questão social” que, institucionalizadas, qualificadas e organizadas, serão agora (no monopolismo) desenvolvidas fundamentalmente pela profissão do Serviço Social, no entanto, não se pode ignorar a substantiva diferença nos papéis e significados sociais, na funcionalidade, na base de sustentação e, portanto, na legitimidade entre a caridade / filantropia e a profissão de Serviço Social: um trabalhador assalariado, recrutado pelo Estado (e órgão da classe hegemônica) para executar políticas sociais como respostas oficiais às refrações da “questão social”, de forma tal de mediar os interesses das classes subalternas, diminuindo conflitos e favorecendo a acumulação capitalista. (MONTAÑO, 2007,p. 69).

Desta forma, defende-se que não há uma ruptura com formas anteriores, pois não há a forma não profissional de Serviço Social, a protoforma está na relação de como se realiza a intervenção nas expressões da “questão social” em um “antes” e “depois” desta se colocar como uma ameaça à ordem burguesa. Portanto, enquanto persistirem as afirmativas da existência de protoformas do Serviço Social, seu sentido de continuidade dará margem às interpretações que trazem a profissão em uma relação cuja origem está mais próxima das ações da Igreja que as do Estado.

3.

---

<sup>11</sup> Montañó (2007, p.44), a partir da argumentação da existência de duas teses a respeito da gênese/natureza do Serviço Social – a primeira que denomina de endogenista/evolucionista e define a profissão como uma continuidade das ações de caridade/filantrópicas; e a segunda como uma perspectiva histórico-crítica que estabelece o surgimento dentro de um processo histórico de inserção na divisão social e técnica do trabalho vinculado ao Estado e às políticas sociais – dirá: “considerando a relação “Serviço Social/formas de ajuda”, se na primeira tese a natureza é a mesma, com características diferentes, na segunda a natureza é distinta, com características semelhantes”.



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



A afirmativa de que o Serviço Social se legitima a partir de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, quando o Estado e o empresariado passam a requisitar um profissional que seja capaz de executar as políticas sociais (públicas e privadas) como resposta às demandas da classe trabalhadora, delimita o marco de sua instituição. Mas qual o caminho é feito até a origem dessas ações profissionais? Qual é a linha de continuidade e ruptura?

Entende-se que existem ações desenvolvidas por diferentes agentes e instituições, que resultam na conciliação de classe e buscam amenizar as expressões da “questão social”. Algumas dessas intervenções existiam antes do período histórico de efervescência das manifestações da classe trabalhadora, mas a ameaça de eversão da ordem colocada explicitamente exige uma gama de novas ações. Portanto esse processo não se dá sem continuidade e ruptura. Se pensarmos em relação a essas formas anteriores e posteriores de intervenção em determinados períodos identifica-se que surgem novos agentes e objetivos neste processo.

Pode-se destacar como ruptura a forma de intervenção por parte do Estado, o que levará a requisição de novas profissões como o Serviço Social. Assim, o assistente social surge como profissional requisitado para executar as políticas sociais. Se antes a “questão social” era caso de “polícia”, com o Estado e o empresariado atuando em sua intervenção por meio de ações pontuais e coerção, quando a classe trabalhadora se coloca como classe em si, o Estado passará a mediar essa relação por meio de uma nova forma: política social. Como continuidade teremos a Igreja Católica que por meio das obras sociais atuará junto ao operariado e sua família. A mudança que ocorre em relação às ações desenvolvidas por esta instituição é que sua atenção passa a ser direcionada para um novo público e seus agentes passam a ter uma formação qualificada pela própria necessidade de organização do laicado.

A relação entre Estado e Igreja pode ser indicada a partir das ações conjuntas de intervenção, quando o Estado passa a regular as iniciativas da Igreja na área da assistência social, que levará a uma maior articulação das instituições e o desenvolvimento deste elo será um dinamizador do processo de formação e institucionalização do Serviço Social. Assim, os primeiros profissionais requisitados para atuar nos serviços sociais do Estado serão das escolas de Serviço Social católicas - uma vez que se tratavam das primeiras escolas -, mas embora a instituição e a formação sejam ligadas a Igreja, a demanda que institucionaliza a profissão é estatal.

Entende-se que a requisição por parte do Estado institui uma função social que se distingue da existente na Igreja, por isso, embora os agentes e suas práticas sociais não se



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



diferenciem no início - a prática profissional era entendida como uma ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha curativa e preventiva dos problemas sociais -, sua intervenção profissional se dará em espaços institucionais distintos. Assim como o que lhe dará legitimidade enquanto profissão é sua funcionalidade, a função social a qual foi requisitado pelo empregador e resultará em um mercado de trabalho para esse profissional.

A relação que deve ser focada é a de continuidade e ruptura não com as ações de caridade/ filantropia, desenvolvidas pela Igreja e seus agentes, mas com a resposta às expressões da “questão social” em diferentes períodos. Ou seja, a linha de continuidade é a forma de intervenção por parte da Igreja, do Estado e da burguesia, suas diferentes ações em momentos específicos de intervenção. Desta forma, o processo que leva a constituição da profissão não é a existência da prática social exercida por agentes da Igreja, mas a necessidade social de um profissional que exerça a ação de executor das políticas sociais, estas que atendem às demandas de um determinado público: a classe trabalhadora.

O fato da Igreja estar em contato direto com os trabalhadores e seus agentes terem uma formação específica para essa aproximação, possibilitou que o Estado e o empresariado os recrutassem, mas não constitui uma linha de continuidade para a profissão, esta surge a partir de uma requisição específica do Estado. Portanto, não será a capacitação dos agentes da Igreja que resultará na existência do assistente social<sup>12</sup>. Uma prova disso é que a Igreja e seus agentes não deixarão de atuar por meio de ações filantrópicas quando o Estado passa a intervir por meio de políticas sociais. A intervenção da Igreja é uma das formas de atuação nas manifestações da “questão social” que continua existindo mesmo com a constituição das ações do Estado por meio de políticas e o surgimento da profissão Serviço Social.

Assim, sustentamos uma tese – oferecida como hipótese de trabalho que se diferencia das apresentadas pelos principais autores do Serviço Social - que é a necessidade de realizar uma discussão a respeito da gênese do Serviço Social sem considerar uma forma anterior ou uma primeira forma (denominadas “protoformas”) ligada a Igreja Católica. Defendemos que a linha de continuidade está na forma de intervenção das expressões da “questão social” em

<sup>12</sup> No Brasil, a primeira escola de Serviço Social é Católica, mas em países como o Chile e o Peru, as primeiras escolas foram fundadas pelo Estado. Não se pode negar que a Igreja Católica teve forte influência no processo de formação em todos os países da América Latina, deve-se portanto dar atenção às implicações de caráter que o catolicismo trouxe à configuração à profissão. Assim como, aqui, Carvalho afirma que a demanda pela formação técnica especializada por parte do Estado dinamizará tanto o processo de formação quanto de institucionalização da profissão. Veja-se: “quando em 1936 é fundada pelo CEAS a primeira Escola de Serviço Social, esta não pode ser considerada como fruto de uma iniciativa exclusiva do Movimento Católico Laico, pois já existe presente uma demanda – real ou potencial – a partir do estado, que assimilará a formação *doutrinária* própria do *apostolado social*.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 176 – grifos do original).



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



determinado período histórico, só podendo pensar em Serviço Social como uma profissão que irá se diferenciar de qualquer processo de intervenção anteriormente desenvolvido.

## Referências Bibliográficas

- CASTRO, Manuel M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2011.
- CFESS; BARROCO, Maria Lúcia; TERRA, Sylvia H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Os efeitos da “via prussiana” sobre a intelectualidade brasileira**. In: Filosofia e Questões Teóricas. Fundação Lauro Campos, 2008. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/157-livro/551-os-efeitos-da-via-prussiana-sobre-a-intelectualidade-brasileira>. Acessado em: janeiro de 2011.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- IAMAMOTO, Marilda V. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - Esboço de uma Interpretação Histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2005.
- IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MATTOS, Marcelo B. **Recuando no tempo e avançando na análise: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil**. In: Godmacher; Mattos; Cruz. Faces do trabalho: escravizados e livres. Niterói: EdUFF, 2010.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1980.